

MANIFESTO DA 5ª CCR NO DIA INTERNACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

O atual modelo de combate à corrupção cumpriu o seu papel, de fazer o país avançar na área, mas se esgotou. Precisamos de reformas urgentes.

Não há dúvida de que o atual modelo de combate à corrupção fez o Brasil avançar no tema nos últimos 10 anos. Podemos destacar aqui alguns dos mais importantes fatores que levaram à otimização do combate à corrupção no período. O primeiro destaque deve ser dado para a maior independência e eficiência dos órgãos de controle e repressão à corrupção, como a Polícia Federal, o Ministério Público e os Tribunais de Contas. Na área federal, também houve a criação desse importante órgão que é a Controladoria-Geral da União.

A segunda mudança importante pode ser creditada à atuação mais livre e independente da imprensa nacional que, menos dependente da publicidade oficial e sob um olhar cada vez mais crítico e exigente da sociedade, passou a denunciar mais corriqueiramente os desmandos governamentais, dando mais espaço para o jornalismo investigativo.

Em terceiro lugar, nota-se uma mudança de postura da própria sociedade, que se mostrava completamente reticente para se envolver com a temática. Em muitos municípios brasileiros, pessoas e organizações não governamentais passaram a exercer, mais efetivamente, o controle social, ou seja, a missão cidadã de fiscalização dos recursos públicos e das atividades dos políticos. Há diversas experiências de sucesso pelo Brasil afora, como as Redes de Controle da AMARRIBO e do IFC, que orientam centenas de entidades de fiscalização dos governos, além dos Fóruns de Combate à Corrupção que se espalharam pelo país.

Por fim, a maior transparência nos atos governamentais, especialmente na esfera federal, também deve ser destacada, embora esse avanço só possa ser sentido timidamente na esfera estadual e quase não esteja presente na ampla maioria dos municípios brasileiros.

Com a mesma honestidade que se deve reverenciar os avanços obtidos no período, também deveríamos assumir, no atual momento por que passa o país, o esgotamento desse modelo, ou seja, a impossibilidade de avançarmos no tema sem que alguns gargalos importantes que estimulam e facilitam a roubalheira nacional venham a ser extirpados.

O grande desafio do momento é, pois, superarmos os gargalos existentes para que o combate à corrupção continue a avançar. E para isso é essencial o envolvimento da imprensa e da sociedade civil organizada em um projeto de reestruturação do Estado brasileiro, através de uma ampla reforma política. Reforma que deve começar, mas não pode se restringir, a mudanças importantes no sistema eleitoral, como o financiamento público das campanhas e a fidelidade partidária.

Ela deve ser mais ampla, contemplar uma maior transparência na atuação do Poder Público, em especial nas esferas estadual e municipal, uma maior participação do povo nas decisões dos governos e a busca pela construção de um Estado eficiente e verdadeiramente republicano, que valorize o mérito, em especial garantindo que o recrutamento dos servidores públicos se dê quase que exclusivamente pela via do concurso público.

Este último ponto, o loteamento ou aparelhamento político dos órgãos da administração direta e indireta, é, indiscutivelmente, um dos principais vetores da corrupção em nosso país. O Brasil tem, somente na administração federal – e como tudo nesse país, a situação sempre é pior nos Estados e nos municípios -, cerca de 25 mil cargos em comissão. É um exagero sem tamanho. Nos Estados Unidos são menos de 5000. Na França e na Inglaterra, menos de 500. Na Alemanha, 170. Nos

Estados e municípios brasileiros, então, o desvirtuamento chega a ser bem maior. E a situação se agrava ainda mais se considerarmos que os órgãos da administração pública brasileira viraram feudos dos partidos políticos que apoiam o governo. Em cenas sequenciais de cinismo e hipocrisia, Ministros são trocados dos comandos nas mais diversas pastas sem que as estruturas partidárias que dominam e desvirtuam a atuação do Estado, em prol do financiamento ilícito das respectivas agremiações a que pertencem, sejam desmontadas.

Um segundo vetor de peso na proliferação da corrupção no Brasil nos últimos tempos tem sido as emendas parlamentares. Elas estão na raiz de quase todos os grandes escândalos que foram divulgados no país, sob os nomes mais diversos – Sanguessuga, Gautama, Vampiro etc –, nos últimos 15 anos. Essa realidade tupiniquim desprestigia o exercício das nobres funções parlamentares, já que a atividade de fiscalização dos governos, que deveria nortear o exercício dos mandatos, juntamente com a feitura das leis, é deixada em segundo plano. Deputados e Senadores passam mais tempo, então, no esforço para a liberação das emendas orçamentárias de suas iniciativas, sendo que o resultado, ao final, é o pouco aproveitamento dos recursos públicos liberados, que seguem pelo país deixando um rastro de corrupção, desperdício e financiamento ilegal de campanhas.

Um outro importante fator propagador da corrupção no Brasil é a pouca fiscalização por parte dos órgãos repassadores de recursos. O Brasil, que é um país continental, tem menos de 10 auditores para cada grupo de 100 mil habitantes. Países como Dinamarca e Holanda têm cerca de 100. As estruturas de fiscalização dos órgãos repassadores de recursos federais, em especial nas áreas de educação e saúde, são lamentáveis, para não dizer quase inexistentes. E o resultado desse descalabro não poderia ser diferente. Essas são justamente as áreas que lideram os índices de corrupção no país. A partir da leitura dos relatórios emitidos pela CGU, na fiscalização dos municípios brasileiros por sorteio, pode-se estimar que pelo menos 25% dos recursos enviados pela União para os municípios nessas duas áreas são desviados. 1 real em cada 4.

A persistir esse quadro, o Brasil, que já entrou no seleto grupo das principais economias do mundo – está prestes a ser a 6ª. maior economia do mundo em dólar –, não conseguirá avanços significativos no índice de qualidade de vida do seu povo. Somente ocupamos a posição de número 84 no Índice Mundial de Desenvolvimento Humano-IDH, em razão, especialmente, da péssima qualidade dos serviços públicos de educação e saúde que são aqui prestados. E a corrupção, como já frisado, atinge em cheio a pretensão de avançarmos nessas duas áreas essenciais.

Segundo os mesmos relatórios da CGU, em cerca de 90% dos municípios fiscalizados há fraudes e irregularidades envolvendo as licitações. Esses vícios existem para permitir que empresas que financiaram as campanhas eleitorais possam vir a ganhar contratos importantes, a fim de recuperar os gastos despendidos nas eleições. Em muitos municípios, empresas de fachada, compostas por parentes dos próprios gestores ou vereadores da base da situação, são indicadas como vencedoras nessas licitações, permitindo, assim, a obtenção de dinheiro ilícito para as campanhas e o próprio enriquecimento criminoso dos envolvidos.

Por fim, é preciso acabar com a impunidade na malversação dos recursos públicos em nosso país. Infelizmente, apesar de todo o trabalho que vem sendo feito pelos órgãos de fiscalização e controle no Brasil nos últimos anos, a certeza e a rapidez na punição por parte do Poder Judiciário constituem a exceção e não a regra na cena nacional. Enquanto o sistema judicial brasileiro não vier a sofrer modificações importantes, esse quadro de impunidade tende, infelizmente, a se perpetuar. No Brasil, não há só o direito de defesa, mas sim um quadro de exagero de defesa. Em nenhum lugar do mundo como aqui, os acusados têm direito a 4 instâncias de julgamento. Assim, os que podem contratar bons advogados, retardam o cumprimento da pena, recorrendo de tudo, a todas as instâncias. O desfecho de uma demanda judicial como essa, com o trânsito em julgado, dura, em média, de 10 a 15 anos. Em muitos casos, o crime chega a prescrever, impedindo que a

punição determinada venha a ser cumprida. Essa realidade não pode persistir, pois ela ensina aos criminosos que o crime compensa.

O mundo não vai se livrar da corrupção. O Brasil também não. A corrupção nasceu com a vida em sociedade e, enquanto ela existir, a corrupção existirá. O nosso desafio é minimizar, cada vez mais, o impacto da corrupção na vida da população. Nessa missão, o Brasil ainda está muito longe do ideal. Ocupamos, no índice mundial de percepção da corrupção, a posição de número 73 dentre 183 países pesquisados, com uma nota 3,8, quando a melhor nota seria 10 e a pior 0. Há muito ainda por caminhar, sem esquecer, entretanto, dos avanços já obtidos.

É importante fazer esse registro, já que muitas pessoas tendem a fazer a associação indevida, nessa sequência interminável de escândalos da vida política nacional, entre corrupção e democracia. O Brasil tem, hoje em dia, um dos menores índices de confiança da população na democracia em toda a América Latina. Segundo recente pesquisa divulgada pelo Latinobarômetro, do Chile, apenas 45% do povo brasileiro não abre mão do regime democrático. 19% não se oporia a um regime autoritário e para 22% da população tanto faz. O quadro é preocupante. Na verdade, todos os estudos evidenciam que a corrupção é sempre maior nos regimes autoritários, que não dispõem de imprensa livre, sociedade crítica e transparência nos atos governamentais.

A conduta exigida dos cidadãos brasileiros atualmente é, pois, lutar para o aperfeiçoamento do regime democrático, nunca desistir dele.

Avançar nas reformas necessárias para otimizar o combate à corrupção é, portanto, tarefa primordial da sociedade brasileira, sob pena de comprometimento da nossa tênue democracia.

Texto elaborado pelo Procurador Regional da República na 5ª Região Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega